ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO EXCEPCIONAIS DE RIO GRANDE DA SERRA - CNPJ: 50.169.515/0001-98

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
EM REAIS

ATIVO	2021	2022
ATIVO CIRCULANTE	**2021**	**2022**
Disponibilidades	57.377,07	39.290,11
Caixa Geral	821,97	2.711,29
Bancos C/Movimentos	56.555,10	36.578,82
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	**2.845.132,43**	**2.635.744,98**
Aplicações Financeiras		
Aplicações Financeiras	2.831.747,16	2.605.581,33
Direitos a Receber/Parcerias/Adiant./Emprestimos		
Adiantamento a Fornecedores	10.055,60	24.440,41
Despesas Exercício Seguinte Paga Antecipadamente		
Seguro de Veículos a Apropriar	3.329,67	5.723,24
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**311.045,45**	**423.864,69**
Não Circulante		
Imobilizado	675.484,70	785.310,72
Bens em Construção	45.674,25	80.613,04
Depreciações Acumuladas		
Depreciação Acumulada	(410.113,50)	(442.059,07)
TOTAL DO ATIVO	**3.213.554,95**	**3.098.899,78**
PASSIVO		
CIRCULANTE	**2021**	**2022**
Exigível à Curto Prazo	2.413.792,80	2.144.228,72
Obrigações Trabalhistas	107.977,70	120.338,01
Obrigações à Pagar	12.612,10	16.549,84
Obrigações com Terceiros	2.234.762,09	1.990.418,75
Recurso de Projetos em Andamento	58.440,91	16.922,12
PATRIMÔNIO SOCIAL		
Patrimônio Líquido	799.762,15	954.671,06
Patrimônio Social	595.262,34	595.262,34
Reserva Social	-	-
Reserva para Apliação e Melhorias	100.000,00	100.000,00
Contas de Resultado		
Superávit Acumulado	104.499,81	259.408,72
TOTAL DO PASSIVO	**3.213.554,95**	**3.098.899,78**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - EM REAIS
MÉTODO INDIRETO

		2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (Déficit) do Período	154.908,91	
Ajuste por:		
(+) Depreciação	31.945,57	
(+) Amortização	-	
(+) Perda de Variação Cambial	-	
(-) Ganho na Venda de Bens do Imobilizado	-	
(-) Ajuste de exercícios anteriores	-	
Superávit (Déficit) Ajustado		**186.854,48**
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes		
Mensalidades de Terceiros	-	
Atendimentos Realizados	-	
Adiantamento a Empregados	-	
Adiantamento a Fornecedores	(14.384,81)	
Recursos de Parcerias em Projetos		
Convênios e Subvenções a Receber	-	
Tributos a Recuperar	-	
Despesas Antecipadas	(2.393,57)	
Outros Valores a Receber	-	**(16.778,38)**
Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes		
Fornecedores de Bens e Serviços	3.937,74	
Obrigações com Empregados	5.645,73	
Obrigações Tributárias	6.222,51	
Emprestimos e Financiamentos a Pagar	-	
Recursos de Projetos em Execução	(41.518,79)	
Recursos de Convênios em Execução	-	
Subvenções e Assistências Governamentais	(244.343,34)	
Outras Obrigações a Pagar	492,07	**(269.564,08)**
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais		**(99.487,98)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recursos Recebidos pela Venda de Bens	-	
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados	(144.764,81)	
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	-	
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento		**(144.764,81)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos de Empréstimos	-	
Outros Recebimentos por Financiamentos	-	
Pagamentos de Empréstimos	-	
Pagamentos de Arrendamento Mercantil	-	
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento		**-**
(=) Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa		**(244.252,79)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	**2.889.124,23**	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	**2.644.871,44**	**(244.252,79)**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 EM REAIS

RECEITAS	**2021**	**2022**
Parceria - Termos de Colaboração: Assistência Social	**149.589,22**	**281.659,97**
RECEITA SUBV. ASSISTÊNCIA - ESTADUAL	-	101.676,38
Emenda Parlam. Pr SEDS 2021-00938-DM	-	101.676,38
RECEITA SUBV. ASSISTÊNCIA - MUNICIPAL	149.589,22	179.983,59
Receita Subvenção Municipal - RIO GRABDEBL M e PSEMC MÉDIA COMPLEXIDADE	99.502,83	122.200,64
Recurso Municipal - Termo de Colaboração 08/18 (FMAS)	50.086,39	57.782,95
Parceria - Termos de Cooperação e Repasse: Educação	**845.316,30**	**1.117.069,26**
RECEITA EDUCAÇÃO - FEDERAL	19.455,04	23.545,45
FNDE/MEC - (PDDE) - Repasse	11.693,70	14.226,48
FNDE/MEC - (PNAE) Repasse PNAE/SEC PMRGS Nº 001/2018	7.761,34	9.318,97
RECEITA PARCERIA - Termo de Colaboração EDUCAÇÃO - ESTADUAL	732.800,62	963.892,57
Secretaria de Estado da Educação - Proc 3172/0023/2018	732.800,62	963.892,57
RECEITA PARCERIA EDUCAÇÃO - MUNICIPAL	93.060,64	129.631,24
Termo de Cooperação Processo. 133/2018	93.060,64	129.631,24
Parceria - Termos de Cooperação e Repasse: Saúde	**2.034.245,96**	**2.306.016,42**
RECEITA SUB. CONV. SAÚDE - FEDERAL	2.034.245,96	2.291.896,42
Secretaria de Atenção a Saúde (MS)	1.938.739,09	2.211.606,90
FMS - Emenda Parlamentar Senadora Mara	72.331,21	46.875,09
FMS - Emenda Parlamentar419 Custeio Senador Marcio	23.175,66	33.414,43
RECEITA SUB. CONV. SAÚDE - ESTADUAL	-	14.120,00
Secretaria Est. Saúde - Processo 2022-00462 DM	-	14.120,00
Receita de Captação	**140.400,10**	**158.032,69**
RECEITA DE ASSOCIADOS JURÍDICOS	5.000,00	-
Doações da empresa Unipar do Brasil Ltda	5.000,00	-
RECEITAS DIVERSAS	95.374,66	116.513,90
Contribuições de Associados	4.408,38	3.033,00
Receita de Doações em Dinheiro	39.861,45	52.637,68
Doações	-	1.424,65
Receita de Rifas	-	581,00
Receita de Artesanato e Bazar	1.771,00	-
Diversas Receitas	-	500,00
Crédito ICMS Nota Fiscal Paulista	44.672,23	37.008,23
Receitas Financeiras	4.594,40	21.329,34
Descontos Obtidos	67,20	-
CAPTAÇÃO DE RECURSOS DE INFRAESTRUTURA	40.025,44	41.518,79
Ministério Publico do Trabaho	40.025,44	41.518,79
TOTAL DAS RECEITAS	**3.169.551,58**	**3.862.778,34**
DESPESAS	**2021**	**2022**
DESPESAS ASSISTÊNCIA SOCIAL	149.589,22	195.785,56
Despesas Trabalhistas	118.412,12	126.335,51
Despesas Gerais	31.177,10	69.450,05
DESPESAS EDUCAÇÃO	845.318,67	1.110.606,71
Despesas Trabalhistas	793.904,79	1.036.880,08
Despesas Gerais	18.038,25	20.850,29
Despesas com Manutenção e Conservação	17.243,63	26.371,11
Despesas Administrativas Diversas	16.132,00	26.505,23
DESPESAS SAÚDE	2.034.245,96	2.303.564,38
Despesas Trabalhistas	1.820.636,96	2.095.974,80
Despesas Gerais	6.714,49	20.162,01
Despesas com Manutenção e Conservação	74.012,40	63.414,79
Despesas Administrativas Diversas	132.882,11	124.012,78
DESPESAS CAPTAÇÃO	120.279,15	97.912,78
Despesas Trabalhistas	63.921,67	28.306,85
Despesas com Panificadora	-	200,74
Despesas Administrativas Diversas	48.129,17	58.797,25
Despesas Financeiras	4.862,53	5.435,14
Despesas Tributárias	3.365,78	5.172,80
TOTAL DAS DESPESAS	**3.149.433,00**	**3.707.869,43**
SUPERÁVIT / DÉFICIT DO EXERCÍCIO	**20.118,58**	**154.908,91**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022, 2021 e 2020 - Em Reais

Entidade: Apae - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Grande da Serra
Cidade: Rio Grande da Serra **UF:** S.P **Telefone/Fax:** (11) 4820-1545

CONTA: PATRIMÔNIO SOCIAL	**2020**	**2021**	**2022**
SALDO ANTERIOR:	816.235,68	779.643,57	799.762,15
(+) Fundo de Valorização de Imóvel			
(-) Depreciação e Amortização de exercícios anteriores	2.243,09	-	-
(+) Transferências Recebidas	(1,44)	-	-
(-) Transferências Enviadas	-		
(+) Acréscimo Patrimonial	(38.833,76)	20.118,58	154.908,91
SALDO ATUAL	**779.643,57**	**799.762,15**	**954.671,06**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2022

1º - CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Grande da Serra (APAE), foi fundada em 10 de março de 1984, é uma associação jurídica de direito privado, de caráter beneficente de assistência social, para fins não econômicos, com duração indeterminada e sem discriminação de qualquer natureza, sediada a Rua Carlos dos Santos, nº 156 - Jardim Novo Horizonte - Rio Grande da Serra - SP.

Tem por missão atuar junto ao seguimento da pessoa com deficiência, com a promoção de atividades de finalidades de relevância pública e social.

Para a execução da sua missão a Entidade oferece programas e projetos de atendimento nas três áreas de atuação, de acordo com as necessidades, possibilidades e interesses da pessoa com deficiência. Ressaltando a importância de atendê-la como um todo, prestando serviços de qualidade, de forma planejada, continuada e gratuita, nas áreas: de assistência social com a defesa e garantia de direitos, educação, saúde (habilitação e reabilitação), prevenção, trabalho, profissionalização, esporte, cultura, lazer, estudo e pesquisa. Favorecendo desta forma o seu desenvolvimento global e de suas famílias, visando a construção de uma sociedade solidária e inclusiva, em seus ciclos de vida: infância, adolescência, fase adulta e terceira idade.

A APAE possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) por atender os requisites legais constantes na Lei nº 12.101/2009 com validade 10/11/2019 a 09/11/2022, o qual foi prorrogado conforme Portaria 49 de 09 de Maio de 2022 até o dia 31/12/2023, conforme portaria nº 146 de 24 de Outubro de 2016 da Secretaria Nacional de Assistência Social. Declaração de Utilidade Pública Estadual, através do Decreto Nº 39.978 de 03/03/95 e Utilidade Pública Municipal através da Lei nº 400 de 20/03/1985, inscrita na Secretaria do Desenvolvimento Social - SEADS sob nº 4.183, no Conselho Municipal de Assistência Social sob nº 001/98, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente nº 002/96. Os Conselhos Municipais: do Idoso, Educação, Saúde; Deficiência e Alimentação Escolar temos representação mais estes Conselhos não emitem certificação.

Esta entidade se enquadra no "Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil" - MROSC, regulamentado pela Lei nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, e todas as suas alterações, que regulamenta os gastos, contratos, prestação de contas e licitações.

2º - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as Normas Brasileiras de Contabilidade TG 26 (R2) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, Interpretação Técnica e ITG-2002 (R1) - "Entidade sem finalidade de lucros", em conformidade com as disposições contidas na Lei 13.204 de 14 de dezembro de 2015 e na Lei nº 12.101 de 27 de Novembro de 2009 e legislação específica posterior assim como a Resolução do CFC nº. 1.409/12. A entidade também está em cumprimento com o inciso XII da IN nº 01/2008 e enquadrada no artigo 5º parágrafo 1º do Decreto Federal nº 2.536 de 06 de abril de 1.998. As demonstrações contábeis, exceto a demonstração dos fluxos de caixa, foram elaboradas pelo regime de competência.

Os recursos da Entidade foram aplicados integralmente em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

A emissão das demonstrações foi aprovada pela Diretoria, Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal da Instituição.

3º - FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL:

A APAE realiza a Escrituração Contábil Digital (ECD) e a Escrituração Contábil Fiscal (ECF), mantém versão digital dos livros Diários e Razão e sistema e escrituração eletrônico uniforme com seus atos e fatos administrativos. A documentação contábil é composta por documentos fiscais, livros auxiliares e outras peças que apoiam e compõem a escrituração contábil.

4º - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Base de mensuração: A base de mensuração mais comumente adotada pela Entidade é o custo histórico, combinadas com outras bases de mensuração. Os ativos são registrados pelos montantes pagos em caixa ou equivalentes de caixa pelo valor justo dos recursos entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos montantes dos recursos recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que se espera necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações.

b) Moeda funcional e moeda apresentação: As demonstrações estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

c) Caixa e equivalente de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a riscos insignificantes de mudança de valor.

d) Aplicação de liquidez imediata: As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos até a data do balanço.

e) Direitos a receber: Corresponde a valores a receber de pessoas físicas, jurídicas e órgãos públicos pela prestação de serviços mediante termos de: Convênio e de Repasse de Subvenção e doações espontânea no decurso normal das atividades da APAE realizadas no ano.

f) Ativo imobilizado e depreciação: Os bens móveis e imóveis são registrados ao custo de aquisição ou construção. Conforme Art. 2º da Lei 12.973 de 13 de maio de 2014 a partir de 01 de janeiro de 2015 o valor mínimo para contabilização de Bens como Ativo Imobilizado é de R$ 1.200,00. Desse valor para menos, o respectivo item é considerado como despesa. A instituição utiliza o método de depreciação de forma linear, que resulta em despesa constante durante a vida útil do ativo. Os valores depreciáveis dos ativos foram apropriados de forma sistemática e reconhecidos com base em estimativa de sua vida útil de acordo com a tabela de depreciação da Receita Federal dos Bens Relacionados na Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM. A depreciação do ativo se inicia quando o bem está disponível para uso, ou seja, quando está no local e em condição de funcionamento na forma pretendida pela Administração e cessa na data em que o ativo é baixado. Os custos incorridos de manutenção periódica dos itens de imobilização foram reconhecidos na demonstração de resultado. O valor contábil do ativo imobilizado é baixado por ocasião de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação.

CLASSE DE ATIVO IMOBILIZADO	**TAXAS DE DEPRECIAÇÃO**
Móveis e Utensílios	10%
Computadores e Periféricos	20%
Máquinas e Equipamentos	10%
Edifícios	4%
Instrumentos e Aparelhos Médicos Cirúrgicos	10%

g) Fornecedores diversos: São obrigações a pagar vinculadas ao fornecimento de bens ou serviços que foram adquiridas no curso das atividades ao longo do exercício, sendo reconhecidas pelos valores das notas ou de contratos e que foram classificadas como Passivo Circulante em um período inferior há um ano.

h) Recursos de convênio em execução: Reconhecidos inicialmente como adiantamentos no passivo e apropriadas como receita quando efetivada a prestação de serviço.

i) Demais Passivos Circulantes: Demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridas.

j) Patrimônio Social: Constituído pela dotação inicial de outorgantes instituidores e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

k) Reserva para Ampliação e Melhorias: Foi constituído no encerramento do exercício de 2016 uma reserva para futura ampliação e melhorias do prédio da entidade no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) o qual esse valor está aplicado em contas bancárias de captação.

l) Apuração do superávit ou déficit: As receitas e as despesas são reconhecidas de acordo com o princípio contábil da competência e incorporados ao Patrimônio Social. As receitas são realizadas pela existência de contrato e quando os serviços tenham sido efetivamente prestados, o preço fixado e determinado e o recebimento sejam prováveis. No encerramento do exercício de 2022 foi apurado um superávit no valor de R$ 154.908,91 (centro e cinquenta e quatro mil, novecentos e oito reais e noventa e um centavos) o qual foi incorporado ao superávit acumulado ficando desta forma um sado na conta de Superávit Acumulado no montante de R$ 259.408,72 (duzentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e oito reais e setenta e dois centavos).

5º - CRITÉRIOS DE APURAÇÃO DA RECEITA E DEPESAS

Recursos Próprios / Capitação: No decorrer do exercício de 2022 houve captação de recursos próprios por intermédio de contribuição de associados, doações espontâneas da comunidade local, doações de empresas para projetos apresentados, receitas com eventos, artesanatos e bazar, todos com intuito favorecer o desenvolvimento global e de suas famílias, visando a construção de uma sociedade solidária e inclusiva, em seus ciclos de vida: infância, adolescência, fase adulta e terceira idade.

• Recursos de Associados Jurídicos, Físicos, Doações, Eventos, Projetos ---------------- R$ 136.703,35

a) Doações e Contribuições: As doações e contribuições são reconhecidas quando o recebimento dos recursos e foram destinadas às atividades de custeio.

b) Doações e Contribuições de Associados: No exercício de 2022, a entidade recebeu um montante de R$ 3.033,00 (três mil, trinta e três reais) de contribuição de associados. As contribuições de associados referem-se a contribuições mensais efetuadas pelo quadro associativo da entidade e pessoas físicas voluntárias, não tendo caráter compulsório.

c) Receita de Crédito ICMS Nota Fiscal Paulista: Nos termos da Lei nº 12.685/2007, a Entidade participa do Programa da Nota Fiscal Paulista e participa dos sorteios, onde no exercício de 2022 foi obtido uma receita no valor de R$ 37.008,23 (trinta e sete mil, oito reais e vinte e três centavos).

RECURSOS DE APLICAÇÃO RESTRITA

Subvenções, aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes: As subvenções governamentais foram de natureza pecuniária relacionadas às atividades operacionais e foram reconhecidas como receita no período apropriados e confrontadas com as respectivas despesas, em base sistemática, derivadas de ato de gestão em benefício de entidade, não creditadas ao patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental foi registrada no ativo em contrapartida às contas específicas do passivo e estão sujeitos a obrigações e vinculações conforme termo de convênios estabelecidos.

Todos os gastos foram submetidos à prestação de contas e estão demonstradas separadamente por área de atendimento na Demonstração de Resultado do Exercício da entidade conforme exigência de leis específicas. Segue abaixo os valores recebidos e gasto por área de atendimento:

- Área da Assistência Social: Termo de Colaboração

• Receita Municipal - Termo de Colaboração nº. 01/2022
Valor do Termo RIO GRABDEBL M ------------------ R$ 55.079,97
Valor do Termo PSEMC MÉDIA COMPLEXIDADE --- R$ 83.000,00
Valor Recebido Termo 2022 --------------------------------- R$ 138.079,97
Receita de Aplicação Financeira ------------------------------ R$ 254,81
Aplicação do Recurso -- R$ 138.334,78

• Receita Municipal (FMAS) - Termo de Colaboração nº. 08/2018
Saldo de 2021 ------------------------- R$ 2.871,28
Valor Recebido Termo 2021 -------- R$ 4.800,00
Receita Financeira Termo 2021 ---- R$ 13,44
Devolução Termo 2021 (11/04/22) -R$ 7.684,72
Valor do Termo 2022 --------------- R$ 57.600,00
Valor Recebido em 2022 ----------- R$ 57.600,00
Receita de Aplicação Financeira --- R$ 182,95
Aplicação do Recurso --------------- R$ 57.782,95

• Recurso Estadual - Termo de Fomento Processo nº SEDS-PRC-2021-00938-DM
Valor do Termo ---------------------- R$ 100.000,00
Receita de Aplicação Financeira --- R$ 1.676,38
Aplicação do Recursos -------------- R$ 101.676,38

• Receita Municipal (FMAS) - Termo de Fomento 04/2022 SCAS
Vigência 23/09/2022 a 22/09/2023, o recurso será aplicado no decorrer do próximo exercício.
Valor do Termo 2022 ----------------- R$ 84.000,00

• Receita Municipal - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente Termo de Fomento nº 001/2022 - SCAS
Valor do Termo 2022 ----------------- R$ 64.400,00
O recurso será aplicado no decorrer do exercício de 2023.

- Área da Educação:

• Receita Federal FNDE/MEC (PNAE) - Termo de Convênio PNAE/PMRGS Nº001/2021
Valor Termo ------------------ R$ 9.248,00
Valor Recebido ---------------------- R$ 9.248,00
Receita de Aplicação Financeira --- R$ 70,97
Aplicação dos Recursos ------------ R$ 9.318,97

• Receita Subvenção Federal FNDE/MEC (PDDE)
Valor do Repasse ------------------ R$ 13.730,00
Valor Recebido ---------------------- R$ 13.730,00
Receita de Aplicação Financeira --- R$ 543,18
Aplicação dos Recursos ------------ R$ 14.226,48

• Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SIAFEM) - Processo 3172/0023/2016
Valor do Termo de Colaboração ------------------ R$ 958.969,61
Valor Recebido ---------------------- R$ 958.969,61
Receita de Aplicação Financeira ------------------ R$ 7.346,95
Aplicação do Recurso-------------------------------- R$ 963.892,57

• Receita de Recurso Municipal - Chamamento Público da Educação 01/2018 - Termo de Cooperação Processo nº. 133/2018
Saldo 2021 --------------------------- R$ 22.584,21
Valor Recebido 2021/2022 --------- R$ 107.494,20
Receita de Aplicação Financeira --- R$ 1.357,73
Aplicação dos Recursos ------------ R$ 129.783,97

Conforme Cláusula 7ª parágrafo 1º do Termo de Cooperação - Processo 133/2018, a entidade tem direito de atendimento de 30 alunos, com estimativa mensal, Educação Infantil per capita de R$ 423,28 e Ensino Fundamental R$ 350,77, e uma previsão anual do Termo de Cooperação de R$ 120.265,09, porém o recebimento é obtido por quantidade de atendimentos realizados, por esse motivo a contabilização e apropriação da receita foi feita somente do recurso recebido e gasto no exercício de 2022.

- Convênios da área da Saúde:

• Recurso Federal por intermédio da Secretaria de Atenção à Saúde (MS) via Prefeitura Municipal de Rio Grande da Serra (FNS) - Termo de Convênio nº. 01/14 - Processo Administrativo 158/2014-5.
Valor Recebido ----------------------- R$ 1.680.000,00
Receita de Aplicação Financeira ---- R$ 171.148,19
Aplicação dos Recursos ------------- R$ 2.211.606,90

• Recurso Fundo Municipal da Saúde
Saldo FMS - Emenda Parlamentar Senadora Mara saldo de 2020------------------- R$ 131.793,01
Receita de Aplicação Financeira -- R$ 10.503,93
Aplicação dos Recursos --- R$ 46.875,09
Saldo FMS - Emenda Parlamentar419 Custeio Senador Marcio saldo de 2020----- R$ 77.591,33
Receita de Aplicação Financeira -- R$ 6.803,35
Aplicação dos Recursos --- R$ 33.414,43

O recurso obtido em dezembro/2020 com a finalidade de custeio de material de consumo e aquisição de material de conservação e manutenção de imóvel, material de enfermagem, material de escritório, papelaria e impressos, outros (reabilitação, lúdico/testes), peças e acessórios de informática, suprimentos de informática, materais de limpeza, descartáveis e higiene e pagamento de serviços de terceiros.

• Recurso Estadual - Secretaria do Estado da Saúde - Convênio nº. 001266/2022 - Proc.: 2022-00462-DM
Valor Recebido ----------------------- R$ 50.000,00
Aplicação dos Recursos ------------- R$ 14.120,00
Saldo em Conta do Passivo --------- R$ 35.880,00

- Recursos para Projetos de Apliação:

• Recurso Ministério Publico do Trabalho de São Bernardo do Campo
Valor Recebido ----------------------- R$ 100.000,00
Receita de Aplicação Financeira ---- R$ 732,89
Aplicação dos Recursos 2020-------- R$ 2.422,09
Aplicação dos Recursos 2021-------- R$ 40.025,44
Aplicação dos Recursos 2022 ------ R$ 41.518,79
Saldo em Conta do Passivo --------- R$ 16.922,12

Verba obtida de recursos oriundos do Projeto "Centro de Convivência" do Ministério Público do Trabalho de São Bernardo do Campo conforme Proc.: 1000.435-56-2019-5.02.0471, o qual será contabilizado todo o gasto pelo custo de aquisições, em conta de imóveis em construção no Ativo Imobilizado, e no término da obra será incorporado ao Imóvel da Entidade.

Todas as receitas foram contabilizadas e apropriadas conforme Resolução CFC 1305/10 NBC TG 05 - Subvenção e Assistência Governamentais, ficando desta forma o saldo recebido e não gasto no exercício demonstrado na conta do Passivo Circulante e aplicado em conta específica dos convênios, onde esses recursos serão usados nos próximos exercícios. Os rendimentos financeiros do exercício de 2022 foram computadas a crédito dos Convênios e Termos de Parcerias em contas do Passivo Circulante juntamente com as receitas recebidas para incorporação dos recursos e suas devidas aplicações.

6º - TRABALHO VOLUNTÁRIO

A APAE não remunera seus administradores: Diretoria, Conselheiros de Administração e Fiscal, sendo todo trabalho considerado como voluntário pela entidade.

7º - GRATUIDADES CONCEDIDAS

A Entidade obedece ao princípio da universalidade no atendimento e às exigências da Lei 12.101, de 2009, presta serviços e realiza ações socioassistenciais, de forma gratuita, continuada e planejada, para os usuários e para quem deles necessitar, sem discriminação e sem qualquer exigência de contraprestação dos usuários.

Aplicou integralmente as receitas auferidas em gratuidades a 100% de toda a clientela atendida pela entidade, sendo que a totalidade dos custos foram aplicados na concessão de gratuidades.

Os atendimentos gratuitos são apurados pelos valores efetivamente praticados e baseados nos custos diretos e indiretos dos serviços prestados nos atendimentos a usuários. Todos os usuários atendidos pela APAE receberam atendimentos gratuitos e foram referenciados de acordo com os critérios das políticas especialmente das áreas de assistência social, educação e saúde.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Área de Atuação: -- Assistência Social
Valores dos Benefícios: ------------------------------------ 100%
Entrevistas - Acolhidas e Escultas: ------------------------- 269
Entrevistas - Apoio Acompanhamentos: ------------------ 505
Orientação Familiar: -- 236
Orientação Compartilhada: ----------------------------------- 62
Cadastro Social: -- 53
Visitação Domiciliar: -- 32
Encaminhamentos Totais Atendidos Gratuitamente: -- 353
Número de usuários pagantes ----------------------------- 0
% de atendimentos Gratuitos a usuários: --------------- 100%

A oferta de serviços socioassistenciais prestados pela entidade no exercício de 2022 foram planejados e executados em consonância com a Resolução nº 109/09 (Tipificação dos Serviços Socioassistenciais), Resolução nº 27/11 (Caracteriza as ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos no âmbito da Assistência Social) e Lei 12.101/09, ofertados de forma gratuita, planejada e continuada, atendendo aos objetivos previstos no art. 2º da Lei 8.742/93 (LOAS). Presta Serviços de Proteção Especial de Média Complexidade - "Serviços de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias" de foram 100% gratuita.

O serviço de apoio especializado a família, tem como objetivo fortalecer o movimento das famílias com vistas a garantir os direitos da pessoa com deficiência, contribuir para a convivência familiar e comunitária, para a função protetiva da família e comunitária, para a função protetiva da família e ao desenvolvimento de suas potencialidades e habilidades. Utiliza-se como estratégias a visita domiciliar, orientação sociofamiliar, vigilância socioassistencial, atendimento psicossocial, grupos socioeducativos e encaminhamento a rede de serviços socioassistenciais e demais políticas públicas. As famílias atendidas pelo serviço vivem em situação de vulnerabilidade social, por questões relacionadas à própria deficiência de um dos membros, e por estarem exporta a situações violadoras de direitos, residem com condições precárias em bairros periféricos com elevado índice de violência e tráfico, desemprego ou subemprego, situações de uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas. Em sua maioria as mães são donas de casa, e em relação aos pais ou responsáveis, trabalham como autônomos em serviços gerais. Parte das famílias atendidas recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), bolsa família e renda cidadã (programas de transferência de renda do Governo Federal e Estadual), que complementam a renda familiar.

Com relação aos resultados houve melhora na autonomia para resolução de conflitos familiares; minimização dos casos encaminhados para acolhimento institucional, maior participação das famílias nos encontros socioeducativos, demonstrando maior interesse em melhorar os cuidados com a pessoa com deficiência. O serviços de proteção especial tem como objetivo contribuir para a proteção social de crianças, adolescentes, adultos e idoso com deficiência em situação de vulnerabilidade e risco social (violência doméstica, aliciamento no tráfico de drogas, perda e fragilização de vínculos e de afetividade, cuidados inadequados por parte do cuidador, isolamento social e nível elevado de estresse do cuidador) Melhora no desenvolvimento de autogestão e auto defensoria, habilidades e potencialidades, efetivação e garantia de direitos, promoção de cidadania, redução dos agravos ocasionados pela dependência, melhora da convivência familiar e diminuição de situações violadora de direitos. Destacamos melhora do usuário referente a importância dos cuidados com higiene corporal e auto apresentação, como o desenvolvimento da consciência ambiental, maior integração dos usuários com a comunidade, melhora na capacidade de concentração nas atividades, maior compreensão quanto a regras e limites e consequentemente maior autonomia e evolução no relacionamento interpessoal.

Salientamos que o trabalho em rede ocorrido através da articulação da instituição com o sistema de garantia de direitos (OAB, Conselho Tutelar, Ministério Público), rede de serviço socioassistencial (entidades sociais, CRAS e CREAS) e demais políticas públicas (educação, saúde, esporte, cultura e lazer) foi imprescindível para garantia e defesa dos direitos das pessoas com deficiência e suas famílias com algum grau de dependência.

EDUCAÇÃO

Área de Atuação: --- Educação
Valores dos Benefícios: --- 100%
Número de Usuários Atendidos Gratuitamente - Estadual: ------------------------------ 93
Número de Usuários Atendidos Gratuitamente - Municipal: ---------------------------- 30
Número de Famílias Atendidas com Recursos Assist Social e Recursos Próprios ---- 154
Número de usuários pagantes --- 0
% de atendimentos Gratuitos a usuários: -- 100%

A Escola de Educação Especial da APAE de Rio Grande da Serra, atendeu 100% dos atendidos gratuitamente. Embasou suas ações pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, pelo Plano Nacional de Educação e ofertou atendimento educacional especializado a pessoas com deficiência intelectual, múltipla e transtornos globais do desenvolvimento, com orientação inclusiva na modalidade de educação especial, nos níveis de educação infantil, ensino fundamental e educação especial para o trabalho oportunizando aos alunos com deficiência grave, que não puderam ser beneficiados com a inclusão no ensino comum, a possibilidade de se desenvolverem e aperfeiçoarem habilidades necessárias à sua inclusão social. Em relação às matrículas e a oferta de ensino 100% são gratuitas. Todos os alunos atendidos possuem como elegibilidade a deficiência com necessidade de apoio pervasivo em mais de três áreas da vida. Uma parte das famílias recebem o Benefício de Prestação Continuada - BPC, ou seja, possuem renda familiar de até 03 (três) salários-mínimos, muitas vezes com condições precárias de moradia e renda insuficiente para as necessidades da família. Muitas das mães são donas de casa, e em relação aos pais ou responsáveis, trabalham como autônomo em serviços gerais. Caracterizando situação socioeconômica de vulnerabilidade social, com perda ou fragilidade de vínculo e afetividade, pertencimento e sociabilidade. Os recursos foram aplicados em gratuidade de maneira a dar resposta de forma integral e integrada às necessidades de aprendizagem únicas e excepcionais dos alunos, que evidenciam um quadro complexo de necessidades e apoio permanente na realização da maioria das atividades cotidianas. O ensino é individualizado, integrado, personalizado e contextualizado assim como preconiza o Currículo Funcional Natural (CFN), as ações são planejadas de forma interdisciplinar e tem como finalidade o desenvolvimento integral dos alunos, considerando ciclo de vida, nas quais os profissionais contribuirão para o desenvolvimento da autogestão desses alunos e seus familiares.

As avaliações tiveram caráter permanente, contínuo e individualizado e foram registradas em portfólios e relatórios. O plano de trabalho, matrículas, o acompanhamento e controle das ações e obrigações da escola de educação especial foram realizados pelo coordenador, diretor da escola e pela Diretoria de Ensino da Região de Mauá/Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

SAÚDE

Área de Atuação: -- Saúde
Valores dos Benefícios: ------------------------------------ 100%
Número de Usuário Atendidos Gratuitamente: -------- 8.758 com 31.440 procedimentos
Número de usuários pagantes ----------------------------- 0
% de atendimentos Gratuitos a usuários: --------------- 100%

A entidade ofertou prestação de serviços ao SUS mediante Termo de Convênio celebrado com o gestor do SUS - Secretaria Municipal de Atenção a Saúde (Prefeitura Municipal de RGSerra) e comprova mensalmente junto ao Ministério da Saúde a prestação dos serviços ambulatoriais realizados.

O atendimento ofertado pelo serviço de Prevenção e Centro Especializado em Reabilitação II (CER) da APAE de Rio Grande da Serra, foi realizado colaborando para o acesso dos usuários com fator de risco ou com o diagnóstico de deficiência, de forma totalmente gratuita, em todas as faixas etárias, promovendo apoio integral e integrado de forma individualizada e personalizada. O serviço foi desenvolvido de acordo com as diretrizes do Plano Nacional dos direitos da pessoa com deficiência, Classificação Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), Relatório Mundial sobre a Deficiência, portaria MS/GM nº 793 de 24 de abril de 2012 e diretrizes da Federação Nacional das APAES.

Foram prestados serviços de habilitação e reabilitação nas áreas Médica: de Neurologia (Infantil e Adulta) e Psiquiatria; Fonoaudiologia (comunicação), Terapia Ocupacional (autos cuidados, vida doméstica, principais áreas da vida, tarefas e exigências gerais), Fisioterapia (mobilidade), Psicologia (interações e relacionamentos interpessoais), Psicopedagogia (aprendizagem e aplicação dos conhecimentos), Nutrição, Enfermagem e Serviço Social.

8º - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA E ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA E TRIBUTÁRIA DO PIS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO.

A Instituição é uma entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit.

Em atendimento ao artigo 4º do decreto 7.237, de 2010, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas durante o exercício de 2022 e 2021 correspondem ao montante de R$ 675.976,92 (seiscentos e setenta e cinco mil, novecentos e setenta e seis reais e noventa e dois centavos) e 571.854,67 (quinhentos e setenta e um mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e sete centavos) respectivamente, conforme anexo I.

A partir do mês de julho de 2019 a empresa não efetuou mais o recolhimento do PIS sobre folha de pagamento conforme Nota Explicativa da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01/2014, que entendeu o STF indevida a cobrança deste imposto para entidades com o certificado do CEBAS, todo o valor pago foi restituído dos últimos 05 (cinco) através de ação judicial. O valor da isenção usufruída está demonstrado no anexo I no valor de R$ 25.115,18 (vinte e cinco mil, cento e quinze reais e dezoito centavos).

9º - GESTÃO DE RISCO DE CAPITAL E DE LIQUIDEZ

A APAE ao administrar seu capital tem como premissa salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações e continuar investindo na sua atividade-fim, que é a assistência social.

Rio Grande da Serra, 31 de dezembro de 2022.

PRESIDENTE	**CONTADORA**
JOSÉ MIGUEL TARTUCI	**JULIANA PIRES DE LIMA SOUZA**
CPF: 005.561.818-91	**CRC: CT 1SP225044/O-4**

Digitally signed by DIARIO DO GRANDE ABC
SA:57541377000175
Date: 2023.03.15 19:16:41 -03:00